

Constituinte pode ir até dezembro

ARY RIBEIRO

A votação das disposições gerais e transitórias, última parte do projeto de Constituição, que o relator Bernardo Cabral acreditava pudesse estar encerrada no último dia 10, está apenas começando. Nem se concluiu ainda o exame do Artigo 4º — onde se fixou em cinco anos o mandato do presidente Sarney — e existem mais 68, tratando de assuntos os mais diversos, boa parte deles concedendo benefícios ou privilégios setoriais, regionais ou para categorias funcionais.

Com a interrupção das deliberações durante toda a semana passada, quando os constituintes não chegaram ao quórum mínimo, sob pretexto de que Ulysses Guimarães, substituindo Sarney na Presidência da República (até quarta-feira), não estaria presente para conduzir as votações, estas poderão, agora, tomar todo o restante do mês e entrar até no mês de julho. A seguir, se

abrirá prazo de 17 dias para o relator preparar a redação da matéria aprovada em primeiro turno (sete dias), para a apresentação de emendas (cinco dias), que só poderão ser supressivas ou para correção do texto, e para o relator apresentar parecer sobre elas (cinco dias).

A votação em segundo turno ficaria, portanto, para agosto. As previsões são de que será rápida. Seja porque não mais haverá emendas modificativas nem aditivas, seja porque grande parte do que foi aprovado, inclusive alguns dos pontos mais polêmicos, resultou de exaustivas negociações e de acordos entre as lideranças partidárias com a participação dos setores interessados. Vai tentar eliminar-se alguma coisa, como o limite de seis horas para quem trabalha em turnos de revezamento. Mas isso será decidido num número não muito grande de votações. Depois, só restará a votação da redação final. Em setembro, a Constituição poderá es-

tar pronta. Mas se houver mais algum atraso, ficará para o final do ano porque, confirmadas as eleições municipais de 15 de novembro, depois de setembro a Constituinte se esvaziará. Os deputados e senadores vão tratar de eleger prefeitos e

vereadores, que são seus principais cabos eleitorais.

ELEIÇÕES GERAIS

Amanhã, se houver número, a Constituinte poderá votar os cerca

de dez destaques referentes ainda ao Artigo 4º. Algumas das emendas destacadas visam estabelecer eleições gerais no ano que vem — de vereador a presidente da República —, mas quase não há mais quem as defenda. Várias foram apresentadas com sentido preventivo, para evitar redução isolada no mandato do presidente Sarney. A reduzir-se esse mandato, então que se reduzisse todos os outros, inclusive os dos atuais deputados e senadores. Fixado o mandato presidencial em cinco anos, elas perderam o objetivo. E, obviamente, a imensa maioria dos constituintes não quer saber de reduzir o próprio mandato. Outras emendas tratam do término do mandato dos atuais prefeitos e vereadores, incluindo até proposta de prorrogação.

Terça ou quarta-feira estará em votação o polêmico Artigo 5º (4º, no texto preliminarmente aprovado do Centrão), que amplia a anistia política. Os Artigos 6º, 7º e 8º não ofere-

cem maiores dificuldades. Tratam das futuras constituições estaduais, das leis complementares e da instalação do novo Superior Tribunal de Justiça (com absorção do atual Tribunal Federal de Recursos). Pouco mais adiante, porém, começam a surgir dificuldades. Há um artigo que torna permanente a Zona Franca de Manaus, e outro que manda aplicar no Nordeste, durante 15 anos, pelo menos 70% das verbas de irrigação. A seguir, vêm "trens da alegria": absorção de procuradores e advogados de autarquias pela nova Advocacia da União; efetivação dos servidores federais, estaduais e municipais que tenham mais de cinco anos de serviço; vários privilégios aos ex-combatentes, inclusive o de ingresso, sem concurso, no serviço público; efetivação de juizes togados de investidura limitada no tempo; equiparação dos vencimentos de delegados de polícia a membros do Ministério Público

(Brasília/Agência Estado)

Ulysses debate votações com Cabral

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O presidente da Assembléia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, esteve ontem de manhã com o relator Bernardo Cabral para discutir o encaminhamento das votações de emendas nas disposições transitórias e as votações do segundo turno. "Espero passar pelas questões mais polêmicas — anistia aos militares e perdão da correção monetária aos micro e pequenos empresários que tomaram empréstimos durante o Plano Cruzado — com a

mesma galhardia de sempre", comentou Ulysses.

Os dois assuntos deverão ser votados ainda nesta semana, segundo previsões do deputado. Outro assunto examinado pelo presidente e relator da Constituinte, junto com o vice-líder do PFL, deputado Inocêncio Oliveira, foi a proposta do Centrão para dinamizar a votação das disposições transitórias, ou seja, votação de um texto básico mediante acordo, e as questões polêmicas — além das já citadas, os mandatos municipais — para decisão através de voto individual.



Bancada mineira não apóia o novo estado

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A criação do novo Estado do Triângulo, dividindo Minas Gerais, é considerada remota. Dos 56 constituintes mineiros, somente seis apóiam a divisão do Estado, o que deixa em desvantagem o lobby dos separatistas — composto pelos deputados Homero Santos (PFL), Chico Humberto (PDT), Luiz Alberto Rodrigues (PMDB), Virgílio Galassi (PDS), Rosa Prata (PMDB) e Raul Belém (PMDB). Dos 70 prefeitos da região, pelo menos 60 já assinaram manifesto contra a divisão de Minas, atendendo solicitação do governador Newton Cardoso. Aos prefeitos de sua influência, o deputado Homero Santos tem aconselhado: "Não deixe de assinar. Atenda ao governador, para não ser prejudicado. Você não vota mesmo".

A emenda separatista é de autoria de Homero Santos e de Chico Humberto (PDT), e deve ser votada no final do mês. Estabelece plebiscito na região sobre a criação do Estado do Triângulo, de reponsabilidade da Justiça Eleitoral, 120 dias após a promulgação da nova Constituição. Se aprovado, o novo estado será criado automaticamente, 45 dias depois, com o presidente da República adotando as medidas legais e administrativas, a começar pela nomeação do governador provisório. As eleições diretas para governador, deputados estaduais e federais e senadores, seriam a 15 de novembro de 1990.

PROSELITISMO TRIANGULINO

A região do Triângulo Mineiro compreende 135 mil quilômetros quadrados, 70 municípios, dois milhões de habitantes e 900 mil eleitores. O Triângulo representa um fator importante na economia mineira, recebendo grande influência de São Paulo, até mesmo na circulação

dos jornais — os preferidos são os paulistas.

A criação do novo estado não parece viável, pela posição contrária da quase totalidade da bancada mineira, pelas pressões do governador Newton Cardoso e pelo trabalho que está sendo feito com constituintes dos demais estados. Os separatistas, porém, não desanimaram, e continuam no "proselitismo triangulino".

Os que defendem o novo estado fazem o lobby de um lado e os que são contra fazem de outro. Dezenas de parlamentares já visitaram Minas por conta dos coordenadores das duas correntes. Aviões são fretados para mostrar Uberaba, Uberlândia, Araguari, no Triângulo, e, dias depois, outros seguem para Ouro Preto, Mariana e Sabará, cidades históricas que os integracionistas não admitem separar.

Os separatistas, para fugir da disputa entre as duas principais cidades — Uberlândia e Uberaba — já escolheram a futura capital do novo estado, se aprovado: Araxá, "em homenagem à dona Beija", explicou Homero Santos.

Os integracionistas prepararam manifestos contra a divisão de Minas. Um deles terá assinaturas das viúvas de governadores do estado de grande liderança política, como Benedito Valadares, Juscelino Kubitschek, Israel Pinheiro, Tancredo Neves e Ozanam Coelho. Outro abaixo-assinado contra a separação de Minas contou com o apoio de escritores, poetas, músicos, artistas, todos defendendo a tese de que Minas é indivisível.

Os constituintes mineiros contra e a favor da divisão estão muito nervosos. Na segunda-feira, no plenário, logo após o encerramento da sessão, Israel Pinheiro Filho, contrário à divisão, trocou tapas e empurrões com o separatista Chico Humberto. Só não continuaram a briga face a interferência de um paulista, o senador Mário Covas.